

Convocação custa Cr\$ 5,9 bilhões

Dos 60 discursos feitos no plenário, 58 foram de críticas ao projeto do governo

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A convocação extraordinária do Congresso para a votação do projeto que aumenta a contribuição de empresários e trabalhadores à Previdência custou Cr\$ 5,9 bilhões, pagos como extras a deputados e senadores, e serviu apenas para que o governo ouvisse desafetos. Um levantamento do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) sobre o teor dos discursos feitos durante o período de trabalho extraordinário registrou que, de cada 60 pronunciamentos, apenas dois não continham críticas ao governo.

"Nunca pensei que fosse tão bem 'ser oposição'", disse Gibson, costumeiro aliado de todos os governos, militares e civis. Entusiasmado com seu papel de oposicionista, o deputado aproveitou a abertura

das sessões para fazer discursos contrários ao governo e ganhar espaço no programa *A Voz do Brasil*, transmitido em rede nacional de rádio pela Radiobras. Foi o meio que encontrou para ganhar a simpatia dos eleitores aposentados. Nomeado relator do projeto que aumenta a contribuição à Previdência, Gibson impiedosamente considerou todos os artigos inconstitucionais. "Eu pulverizei o governo", comentou depois.

De acordo com o líder do PDS, Victor Faccioni (RS), a convocação feita pelo presidente Fernando Collor foi "ridicula, inócuia e cara" — cada parlamentar recebeu Cr\$ 5,135 milhares ao chegar ao Congresso e deverá embolsar a mesma quantia quando a sessão terminar. Faccioni considerou "um ato de agressão ao Congresso" a assinatura do decre-

to que transferiu para o ano que vem o pagamento do reajuste de 147,06%, aos aposentados. "Para que a convocação?", perguntou.

Sem sentido — Até mesmo aliados do governo, como Benito Gama (PFL-BA), consideraram a convocação sem sentido. "Com o decreto, o Congresso foi, na prática, desconvidado", avaliou. O líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG), que estava na China e voltou a Brasília às pressas, foi dos raros a defender a iniciativa. "E se nós conseguirmos aprovar o projeto original enviado pelo governo?", argumentou Souto.

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) também criticou a convocação do Congresso e o decreto que adia o pagamento do reajuste aos aposentados. "Repetindo Rui

Barbosa, o decreto baixado pelo governo é inconstitucionalmente inconstitucional", comentou. Ulysses só não concordou com a idéia de que a sessão extra foi cara. "É preciso haver gastos com a democracia". Os Crs 5,9 bilhões pagos para o Congresso funcionar no período de recesso representam 60.824 salários mínimos de janeiro.

Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), ao chamar precipitadamente os parlamentares a Brasília, o governo mostrou que está com medo de errar sozinho. "O presidente Collor quis dividir responsabilidades", comentou. Delgado acha ainda que a convocação objetivou desgastar ainda mais a imagem do ex-ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri. "A incompetência do Magri ficou totalmente exposta", afirmou.